



Simulado Especial TJ PR

Técnico Judiciário
Pós-Edital

Simulado

Simulado Especial TJ-PR (Técnico Judiciário)

Nome: _____

INFORMAÇÕES SOBRE O SIMULADO

- 1 - Este simulado conta com questões focadas no concurso **TJ-PR**, cargo de **Técnico Judiciário**;
- 2 - A prova contém itens que abordam conhecimentos cobrados no edital do concurso;
- 3 - As questões são inéditas e foram elaboradas pelos nossos professores com base no perfil da banca organizadora;
- 4 - Os participantes têm das **8:00h** às **13:30h** para responder às questões e preencher o Gabarito Eletrônico;
- 5 - O link para preencher o formulário com seu gabarito está localizado logo após estas instruções;

PREENCHA SEU GABARITO

Clique no link, ou copie e cole no seu navegador, para preencher seu gabarito.

<https://forms.gle/b2dWfedxdVxMjvHE8>

01 - (A B C D E)	13 - (A B C D E)	25 - (A B C D E)	37 - (A B C D E)	49 - (A B C D E)
02 - (A B C D E)	14 - (A B C D E)	26 - (A B C D E)	38 - (A B C D E)	50 - (A B C D E)
03 - (A B C D E)	15 - (A B C D E)	27 - (A B C D E)	39 - (A B C D E)	51 - (A B C D E)
04 - (A B C D E)	16 - (A B C D E)	28 - (A B C D E)	40 - (A B C D E)	52 - (A B C D E)
05 - (A B C D E)	17 - (A B C D E)	29 - (A B C D E)	41 - (A B C D E)	53 - (A B C D E)
06 - (A B C D E)	18 - (A B C D E)	30 - (A B C D E)	42 - (A B C D E)	54 - (A B C D E)
07 - (A B C D E)	19 - (A B C D E)	31 - (A B C D E)	43 - (A B C D E)	55 - (A B C D E)
08 - (A B C D E)	20 - (A B C D E)	32 - (A B C D E)	44 - (A B C D E)	56 - (A B C D E)
09 - (A B C D E)	21 - (A B C D E)	33 - (A B C D E)	45 - (A B C D E)	57 - (A B C D E)
10 - (A B C D E)	22 - (A B C D E)	34 - (A B C D E)	46 - (A B C D E)	58 - (A B C D E)
11 - (A B C D E)	23 - (A B C D E)	35 - (A B C D E)	47 - (A B C D E)	59 - (A B C D E)
12 - (A B C D E)	24 - (A B C D E)	36 - (A B C D E)	48 - (A B C D E)	60 - (A B C D E)

SIMULADO NO SISTEMA DE QUESTÕES

Clique no link, ou copie e cole no seu navegador, para fazer este simulado também no SQ!

<https://coruja.page.link/Ng1e>

LÍNGUA PORTUGUESA*Luiz Felipe*

1. Assinale a alternativa que apresenta um exemplo típico de texto expositivo, segundo a classificação tradicional das tipologias textuais:

- a) “Ele correu até o portão, ofegante, e gritou por socorro enquanto a fumaça aumentava.”
- b) “É inaceitável que o transporte público permaneça ineficiente; é dever do Estado garantir mobilidade urbana de qualidade.”
- c) “A Revolução Francesa foi um marco na história ocidental, pois introduziu ideias de liberdade, igualdade e fraternidade que influenciaram diversas constituições modernas.”
- d) “Compre agora mesmo o novo celular XPhone! Design moderno, ótimo desempenho e câmeras incríveis.”
- e) “A sala era ampla, com janelas altas e cortinas brancas que balançavam com o vento suave da manhã.”

2. Assinale a alternativa em que ocorre o uso da metáfora, segundo a classificação tradicional das figuras de linguagem:

- a) Acordei cedo como um galo e comecei a trabalhar.
- b) A cidade dormia sob um manto de silêncio.
- c) O céu chorava enquanto o enterro acontecia.
- d) A repetição do conteúdo cansou os alunos e os alunos cansaram da repetição.
- e) Nem o vento ousava passar por ali naquela noite escura.

3. Assinale a alternativa em que o uso do acento gráfico está correto, conforme as regras da norma-padrão da língua portuguesa:

- a) Países
- b) Vôo
- c) Idéia

d) Juizes

e) Saude

4. Em qual das alternativas a palavra “que” exerce a função de pronome relativo?

- a) Que horas são?
- b) Disse que viria, mas se atrasou.
- c) Que alegria rever os amigos depois de tanto tempo!
- d) Que bagunça é essa?
- e) O filme a que assistimos juntos ganhou o prêmio.

5. Assinale a alternativa em que a palavra destacada foi formada por derivação prefixal:

- a) **Felizmente**, conseguimos concluir o projeto a tempo.
- b) **Infeliz**, abandonou a competição antes do término.
- c) **Guarda-chuva** é item essencial em dias chuvosos.
- d) **Planejamento** é essencial para alcançar bons resultados.
- e) **Paulistano** é como se chama quem nasce na cidade de São Paulo.

6. Assinale a alternativa em que a concordância verbal está de acordo com a norma-padrão da língua portuguesa:

- a) Faltou dados importantes no relatório apresentado.
- b) Houveram muitas reclamações sobre o atendimento.
- c) Segue os documentos solicitados em anexo.
- d) Chegaram os professores e a diretora da escola.
- e) Existe muitas dúvidas sobre o assunto tratado.

7. Assinale a alternativa em que o pronome oblíquo átono está corretamente colocado, de acordo com a norma-padrão da língua portuguesa:

- a) Se encontrou-me por acaso, não demonstrou surpresa.
- b) O diretor explicou nos o ocorrido com clareza.
- c) Não se preocupe com os prazos, pois entregarei-lhe tudo em dia.
- d) Disseram-me que o projeto foi aprovado.
- e) Sempre lembrava-se das palavras da avó.

8. Segundo o Manual de Redação da Presidência da República, a redação oficial deve obedecer a certos atributos que garantem a eficiência da comunicação administrativa. **Assinale a alternativa que contém uma afirmação incorreta sobre esses atributos:**

- a) A impessoalidade exige que a linguagem utilizada nos textos oficiais represente a instituição e não as preferências individuais do redator.
- b) A clareza, como atributo da redação oficial, implica que a mensagem deve ser escrita de forma direta, sem ambiguidade ou construções que dificultem a compreensão.
- c) A formalidade é uma característica desejável nos textos oficiais e justifica o uso constante de arcaísmos, expressões rebuscadas e períodos longos.
- d) A concisão na redação oficial não deve comprometer a completude da informação, devendo-se eliminar o que for redundante ou desnecessário.
- e) A uniformidade permite que diferentes órgãos da administração pública mantenham um padrão linguístico, independentemente de suas características regionais.

MATEMÁTICA/RACIOCÍNIO LÓGICO

Eduardo Mocellin

9. O valor de $\frac{2}{3}$ do número $0,3222\dots + \frac{61}{90}$ é:

- a) 0,222...
- b) 0,333...
- c) 0,666...
- d) 0,2323...
- e) 0,3636...

10. Observe as primeiras figuras de uma sequência:



Mantendo-se o padrão da sequência, o total de quadradinhos da figura 134 será:

- a) 200
- b) 202
- c) 203
- d) 205
- e) 206

11. Dispondo-se de 100 trabalhadores, trabalhando com a mesma produtividade durante 4 horas por dia, uma obra ficaria pronta em 24 dias. O número de dias em que a mesma obra ficaria pronta com 80 trabalhadores trabalhando 5 horas por dia com uma produtividade 20% menor do que os primeiros é

- a) 24 dias
- b) 16 dias
- c) 30 dias
- d) 15 dias
- e) 20 dias

12. Considere a seguinte proposição: “Pedro estudar implica ele ir bem na prova”. Essa proposição é logicamente equivalente a:

- a) “Pedro não estuda ou vai bem na prova”.
- b) “Pedro estuda ou não vai bem na prova”.
- c) “Pedro estuda e não vai bem na prova”.
- d) “Se Pedro não estudar, então ele não vai bem na prova”.
- e) “Se Pedro for bem na prova, então ele estuda”.

13. As proposições seguintes constituem premissas de um argumento.

- Se Ricardo é radialista, então Arnaldo não é arquiteto.
- Se Caio é carinhoso, então Diego não é dengoso.
- Se Diego não é dengoso, então Arnaldo é arquiteto.
- Caio é carinhoso.

Assinale a opção correspondente à conclusão que torna esse argumento um argumento válido.

- a) Arnaldo não é arquiteto ou Ricardo é radialista.
- b) Ricardo não é radialista ou Caio não é carinhoso.
- c) Diego é dengoso e Arnaldo não é arquiteto.
- d) Se Diego não é dengoso, então Caio não é carinhoso.
- e) Ricardo é radialista e Diego não é dengoso.

14. Em um grupo de 80 pessoas, 34 jogam tênis, 40 jogam xadrez e 28 jogam tênis e xadrez. O número de pessoas que não praticam nenhum destes dois esportes é:

- a) 32
- b) 34
- c) 36
- d) 38
- e) 40

15. Em abril de 2025, uma loja em liquidação decidiu reduzir os preços dos seus produtos em 20%. No mês seguinte, por conta da alta demanda, a loja decidiu reajustar os preços em 20%. Com relação aos preços praticados antes da liquidação de abril, pode-se afirmar que, nos dois meses considerados, houve:

- a) um aumento de 4%.
- b) um aumento de 2,5%.
- c) um aumento de 1,5%.
- d) uma queda de 2,5%.
- e) uma queda de 4%.

16. Para a escolha do logotipo de uma escola, foram sugeridas três possibilidades, e os alunos só poderiam votar em uma. Todos os alunos foram obrigados a votar, sendo que o logotipo vencedor obteve 40% dos votos, o segundo mais votado obteve 110 votos e o logotipo menos votado obteve 40 votos a menos do que o vencedor. A diferença de votos entre o segundo logotipo mais votado e o menos votado foi de:

- a) 30
- b) 25
- c) 20
- d) 15
- e) 10

NOÇÕES DE INFORMÁTICA*Emannuelle Gouveia*

17. Um software antivírus é classificado como um software utilitário porque:

- a) Gerencia a criação de gráficos e elementos visuais em apresentações.
- b) Otimiza o funcionamento do hardware por meio de atualizações automáticas.
- c) Permite o controle de redes Wi-Fi compartilhadas por múltiplos dispositivos.
- d) Oferece suporte a usuários com dificuldades visuais por meio de leitores de tela.
- e) Atua na detecção, prevenção e remoção de softwares maliciosos que ameaçam o sistema.

18. No sistema operacional Windows 10 ou 11, em português, a ação de fixar um aplicativo à barra de tarefas permite:

- a) Ocultar o aplicativo da visualização do usuário durante a navegação em janelas múltiplas.
- b) Encaminhar o aplicativo diretamente para a lixeira, removendo-o da memória RAM.
- c) Estabelecer prioridades de inicialização no modo de segurança do sistema.
- d) Tornar o atalho do aplicativo permanentemente visível na barra inferior para fácil acesso.
- e) Criar um ponto de restauração do sistema com base no uso daquele aplicativo.

19. No Microsoft Word 365, é correto afirmar que a ferramenta “Controlar Alterações” serve para:

- a) Aplicar correção ortográfica automática em títulos e cabeçalhos do documento.
- b) Impedir a formatação de parágrafos e margens sem permissão prévia do sistema.
- c) Permitir que alterações feitas por diferentes usuários sejam registradas e exibidas no texto.

d) Realizar busca e substituição automática de expressões repetidas no texto.

e) Converter o texto em áudio para fins de acessibilidade e revisão.

20. Em relação ao Excel 365, assinale a alternativa correta quanto ao uso da função PROCV:

- a) A função PROCV permite buscar valores em uma tabela horizontal, da direita para a esquerda.
- b) O último argumento da função PROCV define o formato de exibição do resultado (texto ou número).
- c) A função PROCV realiza cálculos estatísticos com base em dados filtrados por critérios.
- d) A função PROCV é utilizada para localizar um valor em uma coluna e retornar um dado correspondente de outra coluna.
- e) A função PROCV é usada exclusivamente para criar gráficos dinâmicos baseados em múltiplas planilhas.

21. De acordo com os conceitos relativos à navegação e pesquisa na internet, é correto afirmar que:

- a) A URL representa o conteúdo principal do site e muda automaticamente a cada clique.
- b) Os operadores booleanos permitem realizar cálculos matemáticos avançados em páginas indexadas.
- c) Os mecanismos de busca localizam páginas a partir de palavras-chave, utilizando algoritmos de indexação.
- d) O protocolo HTTP é utilizado exclusivamente para transferir arquivos entre usuários autenticados.
- e) A pesquisa avançada só pode ser feita utilizando navegadores proprietários, como o Microsoft Edge.

22. Sobre os navegadores Google Chrome, Mozilla Firefox e Microsoft Edge, assinale a afirmativa correta:

- a) Todos os navegadores utilizam o mesmo motor de renderização chamado Gecko.
- b) O modo anônimo ou privado desses navegadores impede o rastreamento por sites acessados.
- c) As extensões só podem ser instaladas no Chrome, sendo incompatíveis com os demais navegadores.
- d) O histórico de navegação salvo pelo navegador permite retomar páginas acessadas anteriormente.
- e) Apenas o Firefox possui suporte nativo a abas múltiplas na mesma janela.

23. Qual das alternativas representa corretamente uma característica dos malwares, conforme os princípios de segurança na internet?

- a) Todo malware se propaga apenas por e-mail e depende de abertura de anexo para causar danos.
- b) O spyware é um tipo de malware voltado à vigilância não autorizada das atividades do usuário.
- c) Um ransomware é utilizado exclusivamente para enviar mensagens publicitárias automáticas.
- d) Malwares não conseguem operar em dispositivos móveis com sistemas atualizados.
- e) A instalação de antivírus elimina permanentemente qualquer tipo de malware.

24. Sobre a utilização de sistemas baseados em inteligência artificial (IA), assinale a alternativa correta:

- a) Os sistemas de IA funcionam exclusivamente com dados numéricos em ambientes offline.
- b) Um chatbot treinado com IA é capaz de interpretar linguagem natural e fornecer respostas automatizadas.
- c) A inteligência artificial exige sempre intervenção humana em tempo real para gerar resultados.
- d) A IA é limitada a tarefas gráficas e não pode ser aplicada a textos ou sons.

- e) Ferramentas de IA só são utilizadas em ambientes acadêmicos, sendo inviáveis em serviços públicos.

LEGISLAÇÃO

Tiago Zanolla

25. Durante reunião do Conselho da Magistratura do Tribunal de Justiça do Paraná, foi analisada proposta para a criação de nova comarca no município de Santa Helena, que possui 29 mil habitantes, 9.800 eleitores, renda tributária superior ao dobro da exigida para a criação de municípios e distribuição média anual de 430 processos. O parecer técnico do setor jurídico apontou um obstáculo à criação da comarca, salvo exceção legal. Com base na Lei nº 14.277/2003, é correto afirmar que:

- a) A criação da comarca é viável, pois o número de habitantes e a renda tributária suplantam os requisitos exigidos, dispensando o critério de eleitores.
- b) A criação é inviável, pois o número de habitantes deve ser superior a 30 mil e esse requisito é inderrogável.
- c) A criação somente poderá ocorrer se o Tribunal de Justiça reconhecer, em decisão fundamentada, que a distância ou dificuldade de acesso justifica a dispensa dos requisitos.
- d) O requisito de número mínimo de eleitores é dispensado automaticamente quando houver mais de 400 feitos anuais distribuídos.
- e) Não há exigência de quantidade mínima de eleitores para criação de comarca, apenas de habitantes e renda tributária mínima.

26. Durante o acompanhamento de um processo judicial, um Técnico Judiciário do TJ-PR percebe que uma das partes ingressou com correição parcial alegando dilação abusiva de prazo processual, sem que houvesse recurso cabível. Diante do procedimento previsto nos arts. 353 a 356 do Regimento Interno, é correto afirmar:

- a) A correição parcial será inadmitida se houver qualquer possibilidade recursal, mesmo que esta seja ineficaz ou excessivamente demorada.
- b) O Relator deverá indeferir de plano a petição inicial deficiente, ainda que passível de complementação.
- c) A correição parcial seguirá o rito do agravo interno, e sua admissibilidade depende de prévia decisão colegiada.
- d) Se os fundamentos forem relevantes e houver risco de prejuízo, o Relator poderá conceder medida acautelatória, independentemente de manifestação da parte contrária.
- e) A correição parcial só poderá ser julgada após as informações prestadas pelo juiz de origem, salvo se a parte dispensar expressamente tal requisito.

27. Carlos foi colocado em disponibilidade após a extinção de seu cargo efetivo no Tribunal de Justiça do Paraná. Dois anos depois, surgiu vaga em cargo compatível, e o setor de pessoal iniciou o processo de aproveitamento. Durante a análise, constatou-se que Carlos havia desenvolvido um transtorno de ansiedade grave, sendo encaminhado para avaliação médica oficial. Com base nas normas do Estatuto dos Servidores do TJPR, é correto afirmar:

- a) Carlos não poderá ser aproveitado, pois o aproveitamento é cabível apenas dentro do prazo de um ano após o início da disponibilidade.
- b) O aproveitamento será automático, ainda que Carlos não tenha sido considerado apto pela inspeção médica.
- c) Caso Carlos seja julgado inapto física ou mentalmente, será aposentado por invalidez, considerando-se o tempo de disponibilidade.

d) Carlos poderá ser aproveitado em cargo de natureza superior ao anteriormente ocupado, desde que possua qualificação técnica comprovada.

e) Mesmo se aproveitado em cargo de natureza inferior, Carlos perderá o direito à remuneração equivalente ao cargo anterior.

28. Durante a fase de ambientação institucional, uma servidora recém-nomeada como Técnica Judiciária foi incumbida de organizar um fluxograma da estrutura administrativa do TJ-PR, com destaque para os órgãos vinculados diretamente à Presidência. Contudo, ao incluir o Núcleo de Gerenciamento de Precedentes (NUGEPNAC) como subordinado à Secretaria-Geral, foi alertada de um equívoco. De acordo com o **Decreto Judiciário nº 592/2024**, assinale a alternativa correta sobre a estrutura administrativa do Tribunal:

- a) O NUGEPNAC é subordinado à Secretaria Especial da Presidência, junto com o CIPJPR e a UMF.
- b) O NUGEPNAC integra a estrutura da 1ª Vice-Presidência, ao lado do Gabinete do Vice-Presidente e do Gabinete do Juiz Auxiliar.
- c) O NUGEPNAC atua de forma autônoma, vinculado diretamente à Corregedoria-Geral da Justiça.
- d) O NUGEPNAC integra a estrutura da Secretaria de Planejamento e está subordinado à Secretaria-Geral.
- e) O NUGEPNAC é órgão vinculado à 2ª Vice-Presidência, atuando em conjunto com o CEJUSC 2º Grau e o NUPEMEC.

29. Marília, servidora efetiva do TJPR com mais de 15 anos de atuação, foi designada como membro da Comissão de Ética do Tribunal. Poucas semanas após a nomeação, tornou-se ré em ação civil pública por ato praticado em razão de sua atividade profissional anterior. O Presidente da Comissão, ao tomar ciência do fato, consultou a normativa vigente para definir os procedimentos a serem adotados. Com base no Código de Ética do TJPR, é correto afirmar:

- a) Marília poderá seguir exercendo suas funções na Comissão, uma vez que não houve ainda trânsito em julgado da ação.
- b) A Presidência do Tribunal deverá destituí-la do cargo de forma definitiva, nomeando substituta por ato próprio.
- c) Marília será automaticamente suspensa da Comissão, devendo ser substituída por uma suplente previamente designada.
- d) A decisão de mantê-la ou afastá-la caberá à deliberação da própria Comissão, por maioria absoluta de votos.
- e) A suspensão dependerá de sindicância administrativa prévia instaurada pela Corregedoria-Geral da Justiça.

CONSTITUIÇÃO DO ESTADO DO PARANÁ

Rodrigo Bet

30. Com base na Constituição do Estado do Paraná, analise as afirmativas a seguir sobre os legitimados para apresentar proposta de emenda à Constituição Estadual:

- I. Um terço, no mínimo, dos membros da Assembleia Legislativa do Estado.
- II. O Governador do Estado.
- III. Um terço das Câmaras Municipais do Estado, manifestando-se cada uma delas pela maioria absoluta de seus membros.

Assinale a alternativa correta:

- a) Somente a afirmativa I está correta.
- b) Somente as afirmativas I e II estão corretas.
- c) Somente as afirmativas II e III estão corretas.
- d) Todas as afirmativas estão corretas.
- e) Somente a afirmativa III está correta.

NOÇÕES DE DIREITO CONSTITUCIONAL

João Trindade

31. A respeito dos direitos e garantias fundamentais, é correto afirmar que:

- a) homens e mulheres são iguais em direitos e em obrigações, ressalvadas as situações relativas ao acesso a cargos públicos
- b) é vedada a tortura, assim como qualquer forma de tratamento desumano ou degradante
- c) são gratuitos para os reconhecidamente pobres, o registro civil de nascimento, a carteira nacional de habilitação e a certidão de óbito
- d) todos têm direito a receber dos órgãos públicos informações de seu interesse particular, ou de interesse coletivo ou geral, que serão prestadas no prazo da lei, sob pena de responsabilidade, ressalvadas aquelas cujo sigilo seja conveniente ao Estado
- e) os direitos e garantias fundamentais não se aplicam aos estrangeiros

32. A respeito dos direitos constitucionais do cidadão, julgue os itens a seguir:

- I – ninguém poderá ser compelido a associar-se ou a permanecer associado, exceto nos casos previstos em lei.
- II - conceder-se-á "habeas-corpus" sempre que alguém sofrer ou se achar ameaçado de sofrer violência ou coação em sua liberdade de locomoção, por ilegalidade ou abuso de poder.
- III - aos litigantes, em processo judicial ou administrativo, e aos acusados em geral são assegurados o contraditório e ampla defesa, com os meios e recursos a ela inerentes.

Estão corretos, apenas:

- a) I, II e III
- b) I e II
- c) I e III
- d) II e III
- e) I

33. Assinale a alternativa correta, a respeito da Administração Pública na Constituição:

- a) os cargos, empregos e funções públicas são acessíveis aos brasileiros que preencham os requisitos estabelecidos em lei, vedado o acesso aos estrangeiros
- b) a lei reservará percentual dos cargos e empregos públicos para as pessoas portadoras de deficiência e definirá os critérios de sua admissão
- c) o prazo de validade do concurso público será de até dois anos, prorrogável duas vezes, por igual período
- d) é garantido ao servidor público civil e militar o direito à livre associação sindical
- e) os juízes podem acumular seu cargo com função de caráter técnico ou científico

34. Compete originariamente ao Supremo Tribunal Federal processar e julgar:

- a) o crime político
- b) o habeas corpus em que Governador de Estado seja paciente
- c) a extradição solicitada por estado estrangeiro
- d) o Presidente da República, nos crimes de responsabilidade
- e) o conflito de atribuições entre membro de Ministério Público Estadual e membro do Ministério Público da União

35. Wandercleydson é juiz auditor militar; Sinforosa é juíza do trabalho; Maryvânia é juíza federal; Abenebaldo é juiz de direito estadual. À luz do que dispõe a CF sobre o Conselho Nacional de Justiça, é correto afirmar que:

- a) Wandercleydson pode compor o CNJ, se indicado pelo STF
- b) Abenebaldo pode compor o CNJ, se indicado pelo STF
- c) Sinforosa não pode integrar o CNJ
- d) Maryvânia pode integrar e presidir o CNJ
- e) Sinforosa pode integrar o CNJ, se indicada pelo STJ

NOÇÕES DE DIREITO ADMINISTRATIVO*Rodrigo Bet*

36. No âmbito do governo federal, foi firmado um contrato de concessão com uma sociedade empresária para a exploração de um aeroporto, incluindo sua manutenção e operação. Simultaneamente, no Ministério de Portos e Aeroportos, foi criado um departamento específico para acompanhar a execução dos contratos de concessão aeroportuária.

Considerando a organização da Administração Pública Federal, assinale a alternativa correta:

- a) A concessão do aeroporto representa exemplo de descentralização administrativa, enquanto a criação do departamento no Ministério é caso de desconcentração administrativa.
- b) Ambas as medidas caracterizam desconcentração, pois envolvem apenas divisão interna de competências.
- c) Nenhuma das duas situações configura nem descentralização nem desconcentração, por não envolverem alteração estrutural na Administração Pública.
- d) A concessão é exemplo de desconcentração administrativa, pois transfere a execução do serviço público a um particular, e o novo departamento é descentralização.
- e) A criação do departamento caracteriza descentralização administrativa, e a concessão do aeroporto representa uma forma de delegação interna entre órgãos da mesma estrutura.

37. Um fiscal da vigilância sanitária estadual determinou a interdição imediata de um restaurante por ausência de condições mínimas de higiene, além de aplicar multa ao responsável pelo estabelecimento. A medida foi tomada com base em norma sanitária vigente.

O ato administrativo praticado pelo fiscal caracteriza o exercício de qual poder da Administração Pública?

- a) Poder Disciplinar
- b) Poder Hierárquico
- c) Poder de Polícia
- d) Poder Vinculado
- e) Poder Regulamentar

38. Em uma rede social oficial da prefeitura, foi publicada uma postagem comemorando a entrega de novas ambulâncias ao sistema municipal de saúde. No conteúdo, constavam fotos do prefeito ao lado dos veículos e frases enaltecendo sua gestão. Após análise, o Ministério Público recomendou a retirada do conteúdo, por violar o princípio constitucional da Administração Pública.

A medida recomendada visa a resguardar, de forma preponderante, o princípio da:

- a) Moralidade
- b) Impessoalidade
- c) Publicidade
- d) Legalidade
- e) Transparência

39. Com base na Lei nº 8.429/1992 (Lei de Improbidade Administrativa), considerando as alterações promovidas pela Lei nº 14.230/2021, analise as proposições a seguir:

- I. Havendo indícios da prática de ato de improbidade administrativa, é dever da autoridade pública que tomar conhecimento da situação encaminhar representação ao Ministério Público competente.
- II. Não configura ato de improbidade administrativa o simples exercício da função pública ou o cumprimento de atribuições legais, quando não houver comprovação de dolo com finalidade ilícita.
- III. A responsabilização por ato de improbidade que gere enriquecimento ilícito depende da comprovação de dolo específico por parte do agente.

Assinale a alternativa correta:

- a) Apenas as afirmativas I e II estão corretas.
- b) Apenas a afirmativa III está correta.
- c) Apenas as afirmativas II e III estão corretas.
- d) Apenas a afirmativa II está correta.
- e) Todas as afirmativas estão corretas.

40. Um gestor de uma unidade de saúde estadual identificou a necessidade de adquirir insumos médicos básicos para reposição do estoque regular. Após pesquisa de preços, verificou que o valor total da compra seria de R\$ 32.000,00. Diante dessa situação, segundo a Lei nº 14.133/2021, é correto afirmar que:

- a) A licitação será inexigível, pois o valor da aquisição é compatível com o conceito de serviço técnico especializado.
- b) A licitação será obrigatória, pois ultrapassa o limite previsto para contratação direta na nova Lei de Licitações.
- c) A licitação será dispensável, pois o valor da compra está dentro do limite legal para bens e serviços comuns.

d) A licitação será inexigível, pois não há possibilidade de competição entre fornecedores nesse tipo de aquisição.

e) A licitação será dispensável apenas se houver justificativa de urgência comprovada pela autoridade competente.

NOÇÕES DE DIREITO CIVIL

Cadu Carrilho

41. Segundo a Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro (LINDB), assinale a alternativa correta:

- a) As decisões administrativas podem ser revistas apenas pela autoridade superior, independentemente de motivação.
- b) A LINDB não admite que se considere as consequências práticas da decisão na aplicação do direito.
- c) A motivação das decisões deve se limitar à letra da lei, sem necessidade de ponderar valores jurídicos.
- d) Na interpretação de normas sobre gestão pública, o administrador público deve agir sem considerar os obstáculos e as dificuldades reais do gestor.
- e) Nas esferas administrativa, controladora e judicial, não se decidirá com base em valores jurídicos abstratos sem que sejam consideradas as consequências práticas da decisão.

42. Sobre as pessoas naturais no Direito Civil brasileiro, é correto afirmar que:

- a) A existência da pessoa natural começa com a concepção.
- b) A personalidade civil começa com a concepção, mas a lei põe a salvo desde o nascimento os direitos do nascituro.
- c) A personalidade civil da pessoa começa do nascimento com vida, mas a lei põe a salvo, desde a concepção, os direitos do nascituro.
- d) A personalidade civil só se adquire após a maioridade civil.
- e) A pessoa natural perde sua personalidade civil ao ser interditada judicialmente.

43. Assinale a alternativa correta sobre prescrição e decadência, segundo o Código Civil brasileiro:

- a) Deve o juiz, de ofício, conhecer da decadência, quando estabelecida por lei ou convencional.
- b) A decadência não pode ser interrompida nem suspensão, mesmo quando houver causas previstas em lei.
- c) Os prazos prescricionais são modificáveis por convenção entre as partes.
- d) A prescrição extingue o próprio direito, enquanto a decadência extingue apenas a pretensão.
- e) A prescrição atinge a pretensão e pode ser interrompida nos casos previstos em lei.

ESTATUTO DA PESSOA IDOSA E ESTATUTO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA

Géssica Ehle

44. A família, a comunidade, a sociedade e o poder público têm a obrigação de assegurar à pessoa idosa, com absoluta prioridade, a efetivação do direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, à cultura, ao esporte, ao lazer, ao trabalho, à

cidadania, à liberdade, à dignidade, ao respeito e à convivência familiar e comunitária. A garantia de prioridade compreende, exceto o(a):

- a) atendimento preferencial imediato e individualizado junto aos órgãos públicos e privados.
- b) preferência na execução de políticas sociais públicas.
- c) viabilização de formas alternativas de participação.
- d) garantia de acesso à rede assistência social local.
- e) isenção no pagamento de Imposto de Renda.

45. O Estatuto da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015), também conhecido como Lei Brasileira de Inclusão (LBI), é resultado da internalização da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência. Sobre a referida norma, julgue as assertivas a seguir.

- I. As barreiras atitudinais decorrem de atitudes ou comportamentos que impeçam ou prejudiquem a participação social da pessoa com deficiência em igualdade de condições e oportunidades com as demais pessoas.
- II. A deficiência não afeta a plena capacidade civil da pessoa, de modo que a pessoa com deficiência poderá casar-se ou adotar, caso seja de sua vontade e interesse.
- III. A pessoa com deficiência tem direito a receber atendimento prioritário com a finalidade de atendimento em todas as instituições que sejam públicas, excetuadas as de natureza privada.

Está correto o que se afirma em:

- a) Apenas a I.
- b) I e II.
- c) II e III.
- d) Todas as assertivas.
- e) Nenhuma das assertivas.

NOÇÕES DE DIREITO PROCESSUAL CIVIL*Ricardo Torques*

46. De acordo com o Código de Processo Civil (Lei nº 13.105/2015), assinale a alternativa correta.

- a) O Estado sempre promoverá a solução consensual dos conflitos.
- b) As partes têm o direito de obter em prazo razoável a solução integral do mérito, ressalvada a atividade satisfativa.
- c) O processo começa por impulso oficial, e se desenvolve por iniciativa das partes.
- d) Todos os sujeitos do processo devem cooperar entre si para que se obtenha, em tempo razoável, decisão de mérito justa e efetiva.
- e) Os juízes e os tribunais deverão obedecer à ordem cronológica de conclusão para proferir sentença ou acórdão.

47. Nos termos do Código de Processo Civil (Lei nº 13.105/2015), é correto afirmar que o valor da causa na ação em que há cumulação de pedidos será:

- a) a quantia correspondente à soma dos valores de todos eles.
- b) o de maior valor.
- c) o de menor valor.
- d) o valor do pedido principal.
- e) a diferença entre o maior e o menor valor.

48. Quanto à tutela provisória, assinale a alternativa INCORRETA.

- a) A tutela provisória de urgência, cautelar ou antecipada, pode ser concedida em caráter antecedente ou incidental.
- b) A tutela provisória será requerida ao juízo da causa e, quando antecedente, ao juízo do domicílio do autor.

c) A efetivação da tutela provisória observará as normas referentes ao cumprimento provisório da sentença, no que couber.

d) Ressalvada disposição especial, na ação de competência originária de tribunal e nos recursos a tutela provisória será requerida ao órgão jurisdicional competente para apreciar o mérito.

e) Na decisão que conceder, negar, modificar ou revogar a tutela provisória, o juiz motivará seu convencimento de modo claro e preciso.

49. Em relação aos juizados especiais cíveis (Lei 9.099/1995), analise as assertivas e assinale a alternativa correta.

I – O processo orientar-se-á pelos critérios da oralidade, simplicidade, informalidade, economia processual e celeridade, buscando, sempre que possível, a conciliação ou a transação.

II – Ficam excluídas da competência do Juizado Especial as causas de natureza alimentar, falimentar, fiscal e de interesse da Fazenda Pública, e também as relativas a acidentes de trabalho, a resíduos e ao estado e capacidade das pessoas, ressalvadas as de cunho patrimonial.

III – O Juiz dirigirá o processo com liberdade para determinar as provas a serem produzidas, para apreciá-las e para dar especial valor às regras de experiência comum ou técnica.

IV – O Juiz adotará em cada caso a decisão que reputar mais justa e equânime, atendendo aos fins sociais da lei e às exigências do bem comum.

a) Apenas III está incorreta.

b) Apenas III e IV estão incorretas.

c) I, II, III e IV estão corretas.

d) Apenas I e IV estão corretas.

e) Apenas I e III estão incorretas.

50. A respeito da audiência de conciliação ou mediação, assinale a alternativa correta.

- a) A intimação do autor para a audiência será feita pessoalmente.
- b) Havendo litisconsórcio, basta o desinteresse de um deles para a não realização da audiência.
- c) As partes devem estar acompanhadas por seus advogados ou defensores públicos.
- d) A autocomposição obtida será reduzida a termo e homologada por sentença.
- e) Deve ser designada com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, devendo ser citado o réu com pelo menos 5 (cinco) dias de antecedência.

NOÇÕES DE DIREITO PENAL

Priscila Silveira

51. Indique a alternativa que corresponde ao que preceitua o princípio fundamental do Direito Penal que determina que uma conduta só pode ser considerada crime se houver previsão legal anterior, bem como não pode haver imposição de pena sem que esta esteja previamente estabelecida em lei:

- a) Princípio da Legalidade.
- b) Princípio da Intervenção Mínima.
- c) Princípio da Insignificância.
- d) Princípio da Irretroatividade.
- e) Princípio da Alteridade.

52. Carlos, cidadão brasileiro, praticou um ato no exterior que, de acordo com a legislação do país onde ocorreu, não é considerado crime. Contudo, ao regressar ao Brasil, foi denunciado pelo Ministério Público com base nas disposições do Código Penal Brasileiro. Considerando as normas da Parte Geral do Código Penal (Decreto-Lei nº 2.848/1940), assinale a alternativa correta:

- a) Carlos não poderá ser responsabilizado penalmente no Brasil, pois para que a lei penal brasileira seja aplicada a fatos ocorridos no estrangeiro, é necessário apenas que a conduta também seja considerada crime no local do fato.
- b) A aplicação da legislação penal brasileira a infrações cometidas fora do país somente é possível quando houver previsão específica em tratados internacionais firmados pelo Brasil.
- c) Carlos poderá ser processado e julgado no Brasil, desde que o fato esteja previsto como crime na legislação nacional e sejam preenchidos os demais requisitos legais da extraterritorialidade de forma cumulativa, nos termos dos artigos 7º do Código Penal.
- d) A jurisdição penal brasileira está restrita a crimes praticados dentro do território nacional, inviabilizando a punição de Carlos, conforme estabelece o artigo 5º do Código Penal.
- e) A responsabilização penal de Carlos, nesse caso, depende exclusivamente da manifestação da vítima, independentemente da atuação do Ministério Público.

53. A imputabilidade penal é a aptidão do indivíduo para compreender o caráter ilícito de sua conduta e de agir conforme esse entendimento. Com base no Código Penal Brasileiro, assinale abaixo a hipótese que configura causa excludente de imputabilidade penal.

- a) Agente menor de 21 anos.
- b) Embriaguez completa proveniente de uso voluntário de bebida alcoólica.
- c) Desconhecimento sobre a ilicitude do fato.
- d) Emoção ou paixão.
- e) Doença mental.

LEGISLAÇÃO PENAL ESPECIAL*Antônio Pequeno*

54. Quanto à progressão de regime, marque a alternativa correta de acordo com a Lei de Execução Penal (Lei nº 7.210/1984).

- a) O condenado reincidente em crime com violência ou grave ameaça à pessoa, para progredir de regime, deverá cumprir 30% do total da pena para preencher o requisito objetivo.
- b) O condenado primário em crime com violência ou grave ameaça à pessoa, para progredir de regime, deverá cumprir 20% do total da pena para preencher o requisito objetivo.
- c) O condenado reincidente em crime hediondo ou equiparado com o resultado morte, para progredir de regime, deverá cumprir 60% do total da pena para preencher o requisito objetivo.
- d) O condenado primário em crime hediondo ou equiparado com o resultado morte, para progredir de regime, deverá cumprir 40% do total da pena para preencher o requisito objetivo.
- e) O condenado reincidente no crime de milícia privada, para progredir de regime, deverá cumprir 60% do total da pena para preencher o requisito objetivo.

55. De acordo com a Lei nº 8.072/1990, que dispõe sobre os crimes hediondos, assinale a alternativa correta que apresenta um crime rotulado como hediondo:

- a) aborto.
- b) violação sexual mediante fraude.
- c) importunação sexual.
- d) infanticídio.
- e) sequestro e cárcere privado praticado contra criança ou adolescente.

56. Epaminondas proferiu uma ofensa contra a dignidade da própria esposa, chamando-a de “vagabunda”. Nessa situação hipotética, de acordo com a Lei nº 11.340/2006, assinale a alternativa que indica qual forma de violência doméstica e familiar contra a mulher foi praticada por ele.

- a) Violência psicológica.
- b) Violência sexual.
- c) Violência patrimonial.
- d) Violência física.
- e) Violência moral

57. Romualdo foi preso pela Polícia Militar no momento em que estava vendendo maconha para um cliente. Junto com a apreensão da droga, foi apreendido um caderno com anotações dos clientes, rádio transmissor e uma balança de precisão. Com base na Lei nº 11.343/2006 (Lei de Drogas), marque a alternativa que traga corretamente o crime praticado pelo indivíduo supracitado.

- a) Tráfico de drogas.
- b) Associação para o tráfico.
- c) Posse de drogas para consumo pessoal.
- d) Tráfico de maquinários.
- e) Financiamento e custeamento para o tráfico.

NOÇÕES DE DIREITO PROCESSUAL PENAL*Renan Araujo*

58. Guilherme, primário e de bons antecedentes, praticou o crime de estelionato (Pena: 01 a 05 anos de reclusão e multa). Consta nos autos do inquérito que Guilherme permaneceu em silêncio durante seu interrogatório em sede policial, bem como consta que Guilherme já foi beneficiado anteriormente (há 08 anos) com a celebração de transação penal em decorrência da prática de infração de menor potencial ofensivo.

Nesse caso, acerca do acordo de não persecução penal (ANPP), é correto afirmar que:

- a) Não será possível a celebração de acordo de não persecução penal, por se tratar de crime cuja pena mínima não é inferior a 01 ano.
- b) Não será possível a celebração de acordo de não persecução penal, pois Guilherme já foi beneficiado anteriormente com transação penal.
- c) A ausência de confissão em sede policial impede o oferecimento de proposta de acordo de não persecução penal, já que o CPP exige a confissão formal e circunstanciada da infração.
- d) Será possível a oferta de acordo de não persecução penal, a ser celebrado entre o Ministério Público, o investigado e seu defensor
- e) Eventuais majorantes e minorantes não devem ser levadas em consideração no cálculo da pena para fins de cabimento do benefício

59. Sávio, residente no Rio de Janeiro-RJ, durante uma viagem ao município de Londrina-PR, efetuou compras em uma loja de roupas pertencente a Túlio, residente na mesma cidade. Para pagamento, emitiu um cheque sem suficiente provisão de fundos. Dois dias depois, Túlio tentou sacar o valor do cheque em uma agência localizada em Curitiba-PR, mas o pagamento foi recusado por insuficiência de fundos.

Nesse caso, será competente para processar e julgar o crime de estelionato praticado por Sávio o foro da comarca de:

- a) Rio de Janeiro-RJ, local de residência do infrator.
- b) Curitiba-PR, local da recusa do cheque.
- c) Londrina-PR, local de residência da vítima.
- d) Londrina-PR, Rio de Janeiro-RJ e Curitiba-PR, firmando-se pela prevenção.
- e) Londrina-PR, Rio de Janeiro-RJ e Curitiba-PR, firmando-se pela distribuição.

60. Fernando, reincidente pela prática do crime de receptação (art. 180 do CP), está sendo investigado em inquérito policial pela suposta prática do crime de furto simples (pena: reclusão de 01 a 04 anos e multa), pois teria, em tese, subtraído o aparelho celular de uma colega de trabalho durante o expediente. Há nos autos do IP elementos que indicam que Fernando pretende fugir para se furtar à aplicação da lei penal. Nesse caso, é correto afirmar que a prisão preventiva:

- a) não poderá ser decretada, pois a pena máxima cominada ao delito não é superior a 04 anos.
- b) poderá ser decretada pelo Juiz, de ofício, ou por representação da autoridade policial ou requerimento do MP.
- c) poderá ser decretada pelo Juiz, mediante representação da autoridade policial ou requerimento do MP, sendo vedada sua decretação de ofício pelo Juiz.
- d) poderá ser decretada, desde que haja requerimento da vítima.
- e) não poderá ser decretada, por se tratar de crime sem violência ou grave ameaça à pessoa.

Redação

Sabemos que o Poder Judiciário atravessa grave crise devido ao grande volume de processos que lotam todas as Comarcas e os cartórios do País. Com isso, tem-se a falsa ideia de amplo acesso à prestação jurisdicional por toda população nacional. No entanto, como dito, não passa de uma falsa ideia.

Em um diagnóstico detalhado sobre a atual situação do Poder Judiciário no Brasil, elaborado pelo Ministério da Justiça [1], constatou-se que “(...) o governo é o maior cliente do Poder Judiciário _ algo em torno de 80% dos processos e recursos que tramitam nos tribunais superiores tratam de interesses do governo (...)”. Podemos acrescentar que outra boa parcela dos litígios pendentes é ocasionada por pequena parcela da sociedade, que detém recursos suficientes para arcar com as despesas processuais. Assim, vê-se que a grande maioria da população fica à margem da prestação jurisdicional.

Além do grande número de processos pendentes, a morosidade do sistema judicial também pode ser atribuída às arcaicas leis processuais vigentes. Quando editado, em 1973, o Código de Processo Civil foi reconhecido mundialmente como uma “obra-prima” da técnica processualista. Seus dispositivos de rigor abstracionista levaram o CPC brasileiro ao topo da legislação processual moderna. Contudo, o culto à técnica perfeita fez com que o texto processual muito se distanciasse da realidade cotidiana, que, por sua dinâmica, exige normas mais práticas que belas.

Outro problema que pode ser apontado como gerador de inúmeros processos é a exigência do pronunciamento do Poder Judiciário para questões corriqueiras que dispensariam tal providência, como exemplo, podemos citar a necessidade de ajuizamento de ação de divórcio direto consensual, de arrolamento sumário de herdeiros maiores etc. Uma solução, visando ao desafogamento das Comarcas, seria de que essas questões fossem apenas registradas no cartório de notas.

Diante de tantos problemas, urgente era a Reforma do Judiciário, que se iniciou com a promulgação da Emenda Constitucional 45/04 e continua com a edição de várias leis que visam à alteração da estrutura infraconstitucional, como as Leis nº 11.187/05 (Nova Lei do Agravo), 11.123/05 (Nova Lei de Execução), 11.276/06 (Súmula impeditiva de recursos) etc.

A EC 45/04, entre outras novidades para melhor funcionamento da Justiça, trouxe as súmulas vinculantes, determinou a distribuição imediata dos processos, proibiu as férias coletivas nos Tribunais e previu a criação da justiça itinerante.

<https://www.direitonet.com.br/artigos/exibir/6550/Justica-itinerante>.

Considerando o que se afirma acima, redija um texto dissertativo-argumentativo sobre o seguinte tema:

ACESSO À JUSTIÇA COMO DIREITO FUNDAMENTAL

Folha de Resposta

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

O QUE VOCÊ ACHOU DESTE SIMULADO?

Conte-nos como foi sua experiência ao fazer este simulado.

Sua opinião é muito importante para nós!

<https://forms.gle/3RC8pkHLNAnpSnxQ9>

NÃO É ASSINANTE?

Confira nossos planos, tenha acesso a milhares de cursos e participe gratuitamente dos projetos exclusivos. Clique no link!

<http://estrategi.ac/assinaturas>

CONHEÇA NOSSO SISTEMA DE QUESTÕES

Estratégia Questões nasceu maior do que todos os concorrentes, com mais questões cadastradas e mais soluções por professores. Clique no link e conheça!

<http://estrategi.ac/ok1zt0>
